

Índice

1.DIVERSIDADE E INCLUSÃO.....	2
2.CONSTRUINDO CONCEITOS.....	4
3.INCLUSÃO É UM MOVIMENTO DE MÃO DUPLA.....	7
4.ACESSIBILIDADE PARA TODOS.....	9
5.O SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO.	11
6.A DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	13
7.A DEFICIÊNCIA VISUAL.....	16
8.A DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	20
9.A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	23
10.MUDE - FAÇA DE OUTRO JEITO.....	26

1. DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Podemos ilustrar o processo de inclusão comparando-o a um caleidoscópio: um pequeno instrumento cilíndrico, em cujo fundo há minúsculos fragmentos soltos de vidro colorido, os quais, ao refletirem-se sobre um jogo de espelhos angulares dispostos longitudinalmente, produzem, diante de nossos olhos, um número infinito de combinações de imagens de cores variadas.

Sua configuração depende da composição formada por inúmeros pedacinhos

coloridos, que quando se retira algum, mesmo o menor deles, o desenho se desarmoniza.

Assim, podemos pensar que somos todos diferentes uns dos outros. Cada pessoa se constitui, a partir de inúmeras características, experiências, histórias, contextos, combinações. São mulheres, homens; crianças, jovens, adultos, idosos; brancos, negros, pardos, amarelos, vermelhos; baixos, altos; gordos, magros; empregados, desempregados; heterossexuais, homossexuais; baianos, paranaenses, capixabas, cariocas, amazonenses, alagoanos, sergipanos, maranhenses, paraibanos, pernambucanos, gaúchos, paulistas, cearenses; moramos em cidades grandes, médias, pequenas, no campo, na floresta; pessoas com deficiência, pessoas sem deficiência; católicos, evangélicos, presbiterianos, umbandistas, espíritas, judeus, muçulmanos, ateus; solteiros, casados, divorciados, separados...

Fazemos parte de alguns grupos e não de outros. Essas inúmeras características, quando interpretadas como fatores classificatórios podem ser vistas como fatores de agregação—segregação, enriquecimento—empobrecimento, agrupamento—separação, de inclusão—exclusão, gerando práticas excludentes e discriminatórias. A inclusão social, como o caleidoscópio, prevê a superação deste olhar classificatório das partes do todo, valendo a estética e a harmonia da composição.

Quando se observa só a diferença, a deficiência ou o que falta, não é possível reconhecer-se no outro. É preciso, então, que cada um reconheça nas diferenças uma forma de contato e de aproximação com o outro. É preciso que se observe o outro como um todo, inclusive com a parte diferente, para que se possa reconhecer possibilidades nas demais partes e, assim, ampliar nossa relação e experiências de vida com todos.

Entre as pessoas com deficiência, pode-se observar um sério obstáculo nesse processo. Muitas vezes, elas são classificadas num grupo de iguais, ou seja, pessoas com o mesmo tipo de deficiência, com o argumento social de que isto facilita seu processo de desenvolvimento e interação com as outras pessoas.

Antes mesmo que as pessoas com deficiência exercitem sua ação no mundo, a sociedade já define suas limitações e possibilidades. Então, a convivência, a troca de experiências e toda a riqueza que o contato com a diversidade propicia deixam de acontecer.

Quem viveu a infância nas décadas de 50, 60, 70 e 80, não teve muita oportunidade de conviver com pessoas com deficiência em seu cotidiano e quantas vezes devem ter ouvido: "Coitada da Margarida... tem um filho que é doente". "Ele não vai à escola porque é fraquinho da cabeça". "Joana, cuidado com essa barriga, você olhou para um aleijado? Então se benza. Deus te livre!"

Por isso, muitos ficam inseguros para iniciar o contato com uma pessoa com deficiência. Isso é natural, já que não foram habituados a conviver com a diferença. É importante compreender que se a deficiência limita a realização de algumas atividades, provavelmente a pessoa terá habilidade para fazer outras coisas, como acontece com todo mundo.

Não se deve fazer de conta que a deficiência não existe, e nem achar que ela deva despertar um dom ou talento especial nas pessoas. Relacionar – se com uma pessoa como se ela não tivesse uma deficiência seria ignorar uma característica muito importante dela. Se a deficiência existe, devemos aceitá-la, levá-la em consideração e respeitá-la, como uma característica constituinte deste indivíduo.

Respeitar a deficiência significa, entre outras coisas, não subestimar as possibilidades e nem superestimar as dificuldades; respeitar o direito das pessoas tomarem suas próprias decisões e assumirem a responsabilidade por suas escolhas.



2. CONSTRUINDO CONCEITOS

Nos dias de hoje, ninguém contesta que as necessidades das pessoas com deficiência devem ser respeitadas pela sociedade e que esta deve oferecer meios para que todas as pessoas tenham acesso à participação ativa em todos os setores sociais.

Mas, o reconhecimento da deficiência como uma diferença, entre tantas outras, também precisa ser acompanhado pelo reconhecimento das demandas e necessidades específicas que cada deficiência trás para cada pessoa. Em outras palavras, não se deve ser indiferente às deficiências, pois é a partir dela que se ampliam as possibilidades de trocas e vivências que tanto favorecem o desenvolvimento de todos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) distinguiu, em 1980, três conceitos afins para se compreender a deficiência. Eles são seguidos por praticamente todas as organizações internacionais que abordam a questão da deficiência (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização das Nações Unidas - ONU, etc):

Deficiência: "Qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica". (OMS, 1980: 35).

Incapacidade: "Qualquer redução ou falta (resultante de uma deficiência) de capacidades para exercer alguma atividade dentro dos limites considerados normais para o ser humano". (OMS, 1980: 36).

Desvantagem: "Impedimento, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para um indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores sócio-culturais". (OMS, 1980: 37).

Segundo o Decreto nº 3.956/01, Art. 1º (Convenção de Eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência - OEA - 1999): "Deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social."

Neste sentido a CIF¹ (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), que constituem indicadores de classificações desenvolvidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que substitui o

¹ Fonte: COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CORDE - SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

enfoque negativo da deficiência e da incapacidade, por uma perspectiva positiva, considerando as atividades que um indivíduo apresenta, analisando suas alterações de função e/ou das estruturas do corpo para desempenhar essa função, assim como suas potencialidades para a participação social

A CIF representa uma mudança de paradigma para se pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade, constituindo um instrumento importante para avaliação das condições de vida e para a promoção de políticas de inclusão social. Seus critérios de classificação vêm sendo incorporados e utilizados em diversos setores da saúde, trabalho e educação, e por equipes responsáveis por questões relacionadas à inclusão social de pessoas com deficiência com enfoque multidisciplinar.

Segundo a OMS, a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças), utilizada hoje como forma tradicional de classificação das deficiências, acrescentadas das informações CIF se complementam de forma importante, pois fornece um quadro mais amplo e completo sobre a saúde do indivíduo.

No entanto, os conceitos apresentados na classificação introduzem um novo paradigma para pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade: elas não são apenas uma consequência das condições de saúde/doença, mas são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, pelas diferentes percepções culturais e atitudes em relação à deficiência, pela disponibilidade de serviços e pela legislação.

Dessa forma, a classificação não constitui apenas um instrumento para medir o estado funcional dos indivíduos. Além disso, ela permite avaliar as condições de vida e fornecer subsídios para políticas de inclusão social.

A CIF foi incorporada pelas Nações Unidas nas Regras Uniformes para a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Incapacidades.

A deficiência caracteriza-se por uma alteração física, mental ou sensorial que pode ser temporária ou permanente. Portanto, dizer que um indivíduo "tem uma deficiência" não implica que tenha uma doença, ou precise de tratamento médico especial e permanente, nem que deva ser encarado como doente. Sendo assim, é inadequado afirmar genericamente que alguém é "incapaz" quando se deseja referir a alguém que "tem uma incapacidade".

A incapacidade pode ser entendida como as diferentes respostas que se estabelecem relacionadas à possibilidade de atuação e interação do indivíduo em relação a uma determinada atividade. Podemos citar alguns exemplos:

1- Uma criança surda é incapaz de ouvir, mas ela é capaz de estudar, trabalhar, se divertir, dançar e viver normalmente. Ela apenas não ouve, mas organiza mecanismos físicos e sociais para mediar esta sua dificuldade.

2- Uma pessoa com glaucoma desenvolveu uma deficiência visual e não pode mais enxergar. Ela pode ler em braile ou utilizar livros falados, estudar, praticar esportes, viajar sozinha, trabalhar, casar e ter uma vida plena. Ela apenas não enxerga, mas organizará mecanismos físicos e sociais para mediar essa limitação.

3- Uma mulher que sofreu um acidente e ficou paraplégica, não pode andar. Em sua cadeira de rodas, ela pode estudar trabalhar, namorar, ter filhos e viver como qualquer pessoa, Ela apenas não anda.

A incapacidade que a deficiência provoca na vida dessas pessoas não representa o limite delas. Tanto a deficiência, quanto a incapacidade que ela provoca, são características individuais, onde cada individuo elabora seu nível de resposta, e que não podem ser alteradas apenas pelas relações entre a pessoa que tem a deficiência e as que não a tem. Não é, portanto, uma condição que poderá ser alterada só socialmente.

A situação de desvantagem, por sua vez, deve ser determinada a partir de uma relação de comparação. Então, ela é um fenômeno social. Por exemplo: uma pessoa com deficiência física é incapaz de andar, mas consegue locomover-se com autonomia em sua cadeira de rodas. A desvantagem está no fato de que, em sua cadeira, essa pessoa não consegue subir escadas e precisa de acessibilidade para garantir o seu direito de ir e vir. Nesse caso, a rampa oferece uma situação de equidade para a locomoção das pessoas com e sem deficiência. Quando ela não está presente representa uma barreira social e desrespeito aos seus direitos individuais e de cidadão.



3. INCLUSÃO É UM MOVIMENTO DE MÃO DUPLA

De todas as muitas formas de discriminação a que o homem é submetido, aquelas que afetam as pessoas com deficiência, são muito singulares e específicas. Apesar desta questão também assumir formas e manifestações tradicionais de desprezo, indiferença, segregação ou violência, o que distingue a discriminação contra as pessoas com deficiência é que, em geral, ela vem revestida de uma prática socialmente muito difundida que é a da caridade e assistência. Uma ajuda corriqueira para subir um degrau aqui ou para atravessar uma rua pode ser visto como um ato solidário que respeita a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência. Uma esmola, ou estabelecer uma relação com as pessoas com deficiência que reforça a imagem da fragilidade e incompetência é uma visão preconceituosa de submissão. É importante que todos se ajudem mutuamente. É garantir uma visão social positiva e menos preconceituosa, com respeito e equidade para todos.

Para que essa independência seja garantida, é fundamental que se compreenda o significado dos conceitos de integração e inclusão. Isso se faz necessário para que se possa compreender as mudanças sociais que vêm sendo propostas, no que se refere aos programas de atenção às pessoas com deficiência, principalmente aqueles relacionados à educação, saúde, trabalho, cultura e lazer.

O conceito de integração pressupõe a necessidade de um esforço individual da pessoa com deficiência para adaptar-se e adequar-se ao convívio com a comunidade, que não se revê ou se modifica, partindo do princípio que as condições de convivência comunitária estão acessíveis a todos. Portanto, a convivência com as pessoas com deficiência, na lógica da integração, pressupõe que o indivíduo deve ser primeiro reabilitado para somente depois, se possível, ser integrado.

O pressuposto da reabilitação traz como princípio básico a idéia de recuperação ou aquisição de funções, tendo como parâmetro o que é considerado normal. O conceito de normalização ou de normal é bastante complexo, mas, para esta reflexão, vale lembrar que o critério de normalidade não é apenas o que representa a maioria, mas também o que é considerado ideal. Na base deste conceito está a idéia de "consertar" para normalizar. Sendo assim, como meta da reabilitação, os padrões de normalidade foram buscados ao máximo para que a pessoa

com deficiência, depois de reabilitada, pudesse integrar-se à sociedade, como os indivíduos considerados normais.

Integrar é um caminho de mão única, ou seja, cabe à pessoa com deficiência adaptar-se para cumprir as exigências da sociedade. Sob essa perspectiva, a sociedade se considera “pronta”, não cabendo, portanto, nenhuma modificação na sua lógica de funcionamento.

O princípio do respeito à diversidade fortaleceu o movimento da inclusão. Nesse novo enfoque, não se propõe a negação das diferenças, mas sim o reconhecimento e o respeito a elas. Não se propõe a igualdade massificada, mas a equiparação de oportunidades. Não se trata de preparar para integrar, mas de incluir e transformar. A inclusão pressupõe um caminho de mão dupla e exige uma postura dinâmica de transformação e respeito de todos. Isto é, a sociedade não está pronta. Ela aprende, critica, repensa e desenvolve conceitos de forma dinâmica. Ela exige de todos a transformação.

Não se trata de uma mera troca de verbos, mas de um novo paradigma, de um olhar ampliado, onde todos agem no sentido de construir seu grupo de convivência e espaços para compartilhar direitos e deveres, com responsabilidade e participação mútuas e recíprocas.



4. ACESSIBILIDADE PARA TODOS

“Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos e elementos” (NBR 9050: 2004).

O processo de inclusão social pressupõe a construção de uma sociedade acessível a todos os cidadãos. Para isto, é necessário que, principalmente os locais públicos, tornem-se acessíveis também às pessoas com deficiência, o que é bem diferente de criar espaços segregados para o seu uso exclusivo.

O conceito de acessibilidade também exige pensar no transporte, sistemas e meios de comunicação disponíveis para pessoas com deficiência.

A acessibilidade deve ser compreendida não apenas como a eliminação das barreiras arquitetônicas, mas também as de comunicação, e as de convivência e atitudes sociais, prevendo a apresentação da informação em formatos alternativos.

Por meio de formas, cores, texturas, sons e signos são instrumentos possíveis para realizar um sistema de sinalização acessível a qualquer pessoa, independentemente de sua condição física, intelectual ou sensorial.

As cidades ganharam, nos últimos dez anos, a possibilidade de oferecer condições dignas de acessibilidade a população, garantindo equidade de participação na vida comunitária para as pessoas com deficiência. Os avanços tecnológicos e científicos permitem hoje a inclusão das pessoas com deficiência, oferecendo-lhes autonomia e condições de equiparação de oportunidades.

Tecnologias assistivas, como softwares desenvolvidos para cegos, adaptações para pessoas com dificuldades motoras, transporte público acessível, desenho arquitetônico e urbanístico universal e a nova geração de equipamentos como próteses e órteses são instrumentos e conceitos que permitem uma ampla interação da pessoa com deficiência nas rotinas da educação e do trabalho e efetiva participação social.

A acessibilidade pressupõe a liberdade de escolha no ato de relacionar-se com o ambiente e com a vida. Basear-se na idéia que as pessoas com deficiência sempre dependerão da ajuda de terceiros, reforça e perpetua a sua situação de dependência e segregação. Por isto,

a acessibilidade é imprescindível para que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades de educação, trabalho, habitação, lazer, turismo, cultura e qualidade de vida.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Desenho Universal é “aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”. (NBR 9050: 2004).

O objetivo é simplificar e trazer conforto a vida de todas as pessoas, com produtos, meios de comunicação e ambientes utilizados pelo máximo de pessoas possível, beneficiando indivíduos de todas as idades e capacidades.

O conceito do Desenho Universal remete a observação do bom ou mau acesso. Por exemplo, a altura convencional dos interruptores de luz em normas residenciais é de 1.35 cm. Se fossem rebaixados para 80 cm, todos - da criança aos idosos , passando pela pessoa com deficiência física ou nanismo - poderiam acionar o interruptor de luz, com independência, sem depender de terceiros. Esses pequenos confortos, que pode parecer banal para muitos, mas é importante para outros, pois representa emancipação e independência, sem adicionar nenhum custo a mais na construção. Apenas exige pensar com sustentabilidade em relação ao ambiente.

O Desenho Universal tem por concepção principal “projetar espaços para todos”, analisando a questão da circulação, da utilização e do alcance, evitando, inclusive gastos adicionais, quando criamos soluções exclusivas para atender a necessidade de criação de espaços ou produtos para as pessoas com deficiência. Atendendo aos preceitos do Desenho Universal, a ABNT fixa os padrões e os critérios, garantindo condições adequadas e seguras, a todas as pessoas, de exercer escolhas, usufruir de conforto e do seu direito de ir e vir.

No dia 2 de dezembro de 2004, foi publicado o Decreto Federal nº 5.296/04. Tal Decreto regulamenta as Leis nº10.098/00 e 10.048/00, estabelecendo as normas gerais de acessibilidade a serem obedecidas pelos setores públicos e privados, e ainda estipula prazos para o cumprimento dessas regras.

5. O SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO



O Símbolo Internacional de Acesso (SIA) é utilizado para indicar a acessibilidade nos espaços, edificações e serviços públicos. Ele também sinaliza as vagas reservadas para pessoas com deficiência em estacionamentos e nos assentos do transporte público, e também identifica a existência de sanitários acessíveis.

O SIA foi adotado em 1969, em um concurso internacional realizado durante o XI Congresso Mundial de Reabilitação do Deficiente, em Nova York.

Desde então, é utilizado no mundo inteiro em locais preparados para receber e acomodar adequadamente todas as pessoas, inclusive as com algum tipo de deficiência. Para que todos o reconheçam, uma regulamentação internacional padronizou seu uso: figura branca estampada sobre fundo azul.

Apesar de ser representado por uma pessoa em cadeira de rodas, o SIA não identifica a acessibilidade apenas para as pessoas com deficiência física, mas para todos os cidadãos com dificuldade de locomoção como gestantes, obesos, idosos, pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual.

Em alguns países, onde o processo de inclusão social das pessoas com deficiência está mais avançado, o SIA está caindo em desuso. Isso tem acontecido nos locais onde a acessibilidade já está presente, incorporada a uma cultura comunitária inclusiva, a sua sinalização tem se tornado desnecessária.

No Brasil, as recentes campanhas de popularização do conceito de acessibilidade estão tornando, aos poucos, o Símbolo Internacional de Acesso mais presente na rotina das cidades. Mas, como este ainda é um assunto novo, a maioria das pessoas o interpreta de maneira equivocada, atribuindo seu uso a locais exclusivos das pessoas com deficiência.

A idéia é que tudo possa ser usado por todos e não, exclusivamente, por alguns.

Um bom exemplo do quanto a sociedade brasileira ainda precisa aprender sobre inclusão é o hábito de se construírem e manterem trancados, os banheiros adaptados, para uso exclusivo por pessoas com deficiência, privando os idosos, os obesos e gestantes desse

conforto . Nas escolas, empresas, shoppings e locais públicos é comum encontrarmos os sanitários acessíveis trancados, tendo alguém de posse da chave e responsável por “ajudar” a assegurar o uso exclusivo para as pessoas com deficiência. Essa conduta, normalmente, é justificada por um funcionário que diz que se não trancá-los, outras pessoas vão usá-los. Um banheiro acessível é um banheiro de uso comum, mas que também é acessível às pessoas com deficiência, apenas isso!

Quanto mais se dissemina a idéia do uso exclusivo, mais distante fica o dia em que a sociedade estará preparada para acolher e pensar em todos, sem discriminação.

A palavra chave deste processo é “também”. Fixado em um ônibus, o SIA indica que ele é equipado com elevadores e, por isso, também poderá transportar pessoas em cadeiras de rodas. Normalmente, ônibus e metrô oferecem assentos sinalizados com o SIA. Na ausência de pessoas com deficiência, estes assentos podem ser usados por qualquer cidadão. Caso chegue uma gestante, uma pessoa com deficiência ou idosa, basta que o cidadão seja educado e consciente e ceda este lugar à pessoa com mobilidade reduzida, pois esta tem o direito prioritário àquele lugar.

As vagas de estacionamento reservadas com o SIA constituem uma exceção e devem ser respeitadas porque a sua localização é estratégica para facilitar a locomoção da pessoa com deficiência até o seu destino, pois deverá estar integrada aos demais acessos para as pessoas com deficiência. Na hora de estacionar, a mesma atenção deve ser dispensada as rampas sinalizadas com o SIA. A rampa existe para que as pessoas em cadeiras de rodas possam chegar a seu destino, portanto, não estacionar o carro diante dela é uma questão de respeito, cumprimento da legislação e educação.

O Decreto Federal 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7853/89, estabelece, em congruência com a definição da OMS, que deficiência é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

As categorias de deficiências, antes descritas também pelo Decreto Federal nº 3.298/99, foram recentemente alteradas pelo Decreto Federal nº 5.296/04. A seguir, veremos estas definições específicas e, em seguida, formularemos sugestões que poderão facilitar um primeiro contato para que as pessoas se sintam confiantes diante de alguém com algum tipo de deficiência.

6. A DEFICIÊNCIA FÍSICA



A deficiência física é aquela que apresenta alteração completa ou parcial de uma ou mais partes do corpo, acarretando o comprometimento da função física. Ela poderá apresentar-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Dependendo do tipo de deficiência física que a pessoa tiver, ela poderá precisar de alguns recursos especiais, para poder conviver com equiparação de oportunidades e participação social. Algumas vezes, um pequeno ajuste na altura da mesa é necessário para acomodar pessoas em cadeiras de rodas com mais conforto. Nestes casos, também é importante considerar a distância mínima necessária entre os mobiliários para garantir a livre circulação da cadeira de rodas no ambiente.

Existem soluções tecnológicas, que oferecem conforto para pessoas com inúmeros tipos de limitações. Podemos citar como exemplos: mouses especiais, softwares, recursos de aderência às telas e até editores de texto comandados por voz e leitores de tela com sintetizador de voz, desenvolvidos para utilização de pessoas com mobilidade reduzida, inúmeras formas de adaptação de cadeiras de rodas, andadores, etc.

A pessoa com deficiência física, geralmente, consegue realizar todas as atividades do dia-a-dia com autonomia, desde que os ambientes sejam acessíveis, contando com guias rebaixadas, corrimãos, rampas, mobiliário com dimensões ergonômicas adequadas e banheiros adaptados.

TIPOS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA – GLOSSÁRIO

Dependendo do número e da forma como os membros são afetados pela deficiência física, foi sugerida por WYLLIE (1951), a seguinte classificação:

- Monoplegia – condição rara em que apenas um membro é afetado.
- Diplegia – quando são afetados os membros superiores.
- Hemiplegia – quando são afetados os membros do mesmo lado.
- Triplegia – condição rara em que três membros são afetados.
- Tetraplegia/Quadriplegia – quando a paralisia atinge todos os membros; sendo que a maioria dos pacientes com este quadro apresenta lesões na sexta ou sétima vértebra.
- Paraplegia – quando a paralisia afeta apenas os membros inferiores; podendo ter como causa resultante uma lesão medular torácica ou lombar. Este trauma ou doença altera a função medular, produz como conseqüências déficits sensitivo e motores.

Algumas observações que auxiliam na convivência sem barreiras com as pessoas com deficiência física:

1- Esteja atento para a existência de barreiras arquitetônicas quando for escolher local que queira visitar com uma pessoa com deficiência física.

2- Se a pessoa tiver dificuldade na fala (há alguns tipos de deficiência física que provocam comprometimento na dicção) e você não compreender imediatamente o que ela está dizendo, peça para que repita. Pessoas com dificuldades desse tipo não se incomodam de repetir quantas vezes forem necessárias para que se façam entender.

3- Quando for movimentar a cadeira de rodas, pergunte para a pessoa que a utiliza se precisa de auxílio e como ajudar.

4-Quando estiver empurrando uma pessoa sentada numa cadeira de rodas e quiser parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente, para que a pessoa também possa participar da conversa.

5-Para uma pessoa sentada em cadeira de rodas é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo. Portanto, se a conversa for demorar mais do que alguns minutos, sente-se para que você e ela fiquem com os olhos no mesmo nível.

6-A cadeira de rodas (assim como a bengala e a muleta) faz parte do espaço corporal da pessoa, sendo quase uma extensão do seu corpo. Pegar ou apoiar-se nesses equipamentos não é como se encostar a uma cadeira ou objeto comum. As pessoas com deficiência física podem interpretar como uma invasão de privacidade.

8- Para subir degraus, incline a cadeira para trás, levante as rodinhas da frente e as apóie sobre o degrau. Para descer um degrau, é mais seguro fazê-lo de marcha ré, sempre apoiando a cadeira, para que a descida seja sem solavancos. Para subir ou descer mais de um degrau em seqüência, é melhor pedir a ajuda de outra pessoa.

9- Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, podem fazer movimentos involuntários com pernas e braços e podem fazer expressões estranhas com o rosto. Não se intimide com isso, pois elas simplesmente não conseguem controlar seus movimentos.

10- Quando apontar algo para uma pessoa em cadeira de rodas lembre-se que uma pessoa sentada tem um ângulo de visão diferente. Se quiser mostrar-lhe qualquer coisa você deve ficar na mesma altura que ela.



7. A DEFICIÊNCIA VISUAL



É considerada deficiência visual ou cegueira, quando o indivíduo apresenta uma acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. A baixa visão, com acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Também estão incluídos no grupo da deficiência visual aqueles cuja somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Existem diversos níveis e manifestações possíveis da deficiência visual. De qualquer forma, é fundamental que a pessoa seja orientada para uma locomoção com o máximo de autonomia: como ir até o banheiro, utilizar elevadores, escadas, freqüentar uma lanchonete ou restaurante, poder transitar em seus espaços domésticos e em ambientes de trabalho, ir à escola, circular em locais públicos, etc. Se houver obstáculos que possam representar perigo, ela também deverá ser orientada e, quando necessário, deverão ser criadas rotas alternativas e seguras para sua locomoção.

A bengala é um equipamento que serve como "prolongamento do tato" para a pessoa com deficiência visual. Ela ajuda a pessoa que tem deficiência visual a locomover-se em ambientes conhecidos e desconhecidos, como ruas e calçadas. Com o auxílio da bengala a pessoa tem condições de perceber os obstáculos que estão à sua frente

e se locomover com independência.

Assim como aconteceu com o uso do sistema braile, a informática entrou na vida das pessoas cegas e com baixa visão como um poderoso meio de comunicação, abrindo um horizonte infinito de informação, educação, cultura e mercado de trabalho. Com os editores de texto, leitores de tela e sintetizadores de voz conjugados, as pessoas cegas e com baixa visão ganharam a possibilidade de trocar e-mails, ler com total independência qualquer jornal, revista, textos e livros, e navegar livremente pela internet.

Algumas observações que auxiliam na convivência sem barreiras com as pessoas com deficiência visual:

1- Use seu tom de voz natural para falar com a pessoa cega. O fato de não ver não significa que ela não ouça bem.

2- Exclamar "maravilhoso". "extraordinário", ao ver a pessoa cega consultar um relógio especial, discar sem ajuda o telefone, ou assinar o nome pode dar a impressão que você subestima seu potencial.

3- Não é necessário modificar o seu vocabulário substituindo a palavra ver por ouvir, ou evitando expressões como "veja bem", "olha". Conversando sobre a questão da cegueira com quem não vê, a palavra "cego" pode ser usada sem rodeios.

4- Aceite a ajuda de uma pessoa com deficiência visual sem constrangimento. As pessoas têm habilidades diferentes e você pode admitir colaboração ou aceitar gentilezas por parte de uma pessoa cega normalmente.

5- Quando quiser falar com uma pessoa com deficiência visual, dirija-se diretamente a ela. Falar por intermédio de seu guia ou acompanhante seria supor que ela não tenha condição de compreendê-lo e de expressar-se, o que não é verdade, além de representar descortesia.

6- Para guiar uma pessoa com deficiência visual, basta deixá-la segurar seu braço e o movimento de seu corpo lhe dará a orientação de que precisa. Não esqueça de perguntar primeiro se ela quer ou precisa da sua ajuda.

7- Não pegue a pessoa com deficiência visual pelos braços rodando com ela para colocá-la na posição de sentar-se, empurrando-a depois para a cadeira. Basta levar sua mão ao encosto ou ao braço da cadeira, que isso lhe indicará sua posição e ela poderá sentar-se com autonomia e independência.

8- Lembre de se anunciar ao entrar no recinto onde haja pessoas com deficiência visual, pois isso auxilia a sua identificação.

9- Quando estiver com uma pessoa com deficiência visual, avise quando for sair, principalmente se houver algo que a impeça de perceber seu afastamento. Ela pode dirigir-lhe a palavra e ver-se na situação constrangedora de seguir falando sozinha.

10- Evite iniciar uma conversa com uma pessoa com deficiência visual perguntando-lhe: "Sabe quem sou eu?" "Veja se adivinha quem sou?". Seja gentil e identifique-se logo ao chegar.

11- Se você perceber qualquer incorreção no vestuário, ou alguma situação que poderá constrange-lo diante dos outros, não se omita em alertar, de forma discreta, a pessoa com deficiência visual.

12- Ao conduzi-la a um ambiente que lhe é desconhecido, oriente-a de modo que possa locomover-se sozinha posteriormente. Dê detalhes sobre o espaço, e sobre o que está acontecendo, para que a pessoa cega possa aproveitar a vivência da situação e formar sua imagem sobre o ambiente.

CÃES-GUIA – o que é importante saber:

- Os cães-guia auxiliam pessoas com deficiência visual a ir a qualquer lugar. Portanto, ele não deve ser tratado como um simples cão de companhia.

- Na maioria dos países, sua presença é aceita em todos os lugares públicos.

- Muitas raças têm demonstrado bons resultados como guia de cegos. Contudo o Labrador Retriever é a raça mais usada. É dócil e sociável, gosta de ficar dentro de casa, adapta-se bem ao treinamento. Tem pêlo curto e resistente à água, útil nos dias de chuva. Quando o cego é alérgico a pelos de cão, outras raças podem ser usadas, tais como Poodle Standard. O Pastor Alemão é outra opção muito boa, porém não gosta de ficar muito tempo dentro de casa. De um modo geral, todo cão que faz pastoreio é bom para tornar-se cão - guia.

- Os cães guia ainda são poucos no Brasil. O número de pessoas com deficiência visual está estimado em 150 mil, sendo que existem aproximadamente 50 cães-guia no país.

- No Brasil, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 2005, um Decreto regulamentando a Lei do Cão-Guia (Lei Federal No. 11.126/05), em que as pessoas com deficiência visual podem frequentar locais públicos acompanhados de cães-guias. Somente será vetada a entrada dos animais em centros de terapia intensiva e salas de cirurgias.

Um cão-guia deve saber:

- ✓ Manter-se em uma rota direta, ignorando distrações como cheiros, outros animais e pessoas;
- ✓ Manter um passo firme, à esquerda e um pouco à frente do seu acompanhante;
- ✓ Parar em todos os meio-fios até receber ordem para prosseguir;
- ✓ Virar à esquerda e à direita, mover-se para frente quando ordenado;
- ✓ Reconhecer e evitar obstáculos ao acompanhante (passagens estreitas e batentes baixos);
- ✓ Parar no pé e no topo de escadas até receber ordem para prosseguir;
- ✓ Levar o acompanhante aos botões do elevador;
- ✓ Deitar em silêncio quando o acompanhante estiver sentado;
- ✓ Guiar o acompanhante a subir e movimentar-se em ônibus, metrô e outras formas de transporte público;
- ✓ Obedecer a vários comandos verbais de seu dono. Os cães-guia fazem a distinção entre trabalho e brincadeira baseados no peitoral (tipo de coleira utilizada para a condução), sabem que quando o estiverem utilizando o peitoral, estão em situação de trabalho. Quando o peitoral é retirado é hora de brincar.
- ✓ Desobedecer qualquer comando que coloque o acompanhante em perigo. Esta habilidade chama-se desobediência seletiva, e talvez seja o aspecto mais interessante sobre os cães-guia, que podem equilibrar obediência com sua própria avaliação da situação.



8. A DEFICIÊNCIA AUDITIVA



É considerada deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.

A maior desvantagem das pessoas com deficiência auditiva se refere à comunicação. Uma maneira de compreender esta dificuldade é imaginá-las na condição dos estrangeiros que não conhecem a língua ou a cultura local. Isso mesmo, a maioria das pessoas com deficiência auditiva fala outra língua - a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é o idioma oficial das pessoas brasileiras com deficiência auditiva. É um engano acreditar que elas se comunicam por mímica ou um conjunto de sinais próprios. A LIBRAS é uma língua com semântica, sintaxe e regras gramaticais próprias. Mas há também as pessoas com deficiência auditiva que se comunicam pela leitura labial, que são chamadas de oralizadas, e que também contam com a tecnologia do implante coclear, e o uso de aparelhos auditivos, e com isso, dispensam o uso da Libras.

Também é importante ressaltar que nem sempre as pessoas com deficiência auditiva são surdas e que a maioria conta com resíduo auditivo. Portanto não existe uma regra genérica de comunicação para essa população, a partir do seu padrão auditivo.

As pessoas com deficiência auditiva têm a Língua Portuguesa como

sua segunda língua assim como muitos de nós aprendeu o inglês ou o espanhol. É por isso que, muitas vezes, eles têm dificuldades para escrever corretamente em português, compreender o significado de algumas palavras, e as metáforas da linguagem. Nenhum de nós tem na segunda língua a mesma fluência que possuímos na língua materna, não é mesmo? Isto porque sabemos que a língua também é um elemento fundamental na estruturação da nossa identidade e subjetividade.

A tecnologia tem facilitado em muito a inclusão das pessoas com deficiência auditiva no mundo dos ouvintes: relógios despertadores vibratórios, o uso de mensagens de texto via celular, o recurso do e-mail e dos softwares de comunicação instantânea tem facilitado essa mediação entre pessoas com deficiência auditiva e ouvintes.

Algumas observações que auxiliam na convivência sem barreiras com as pessoas com deficiência auditiva:

1- Não se constranja se, no início, a comunicação parecer difícil. Seja criativo, ouse aprender alguns sinais, escreva quando não for compreendido. Se ainda assim não adiantar, desenhe. Encare as dificuldades de comunicação entre você e a pessoa com deficiência auditiva com bom humor, experimente novas maneiras de se expressar. Só não abra mão de se comunicar!

2- Não é correto dizer que alguém é surdo-mudo. Muitas pessoas com deficiência auditiva não falam porque não aprenderam a falar ou porque não tem o retorno auditivo necessário para este exercício.

3- Quando quiser se comunicar com uma pessoa com deficiência auditiva, e ela não estiver prestando atenção em você, acene para ela ou toque em seu braço levemente.

4- Quando estiver conversando com uma pessoa com deficiência auditiva que pratica a leitura labial, fale de frente para ela. Expresse-se de maneira clara, pronunciando bem as palavras. Use a sua velocidade normal, a não ser que ela peça para falar mais devagar.

5- Se você souber LIBRAS, use também esta língua, com contato visual, acompanhado da expressão oral, para que todos acompanhem a conversa. Se a pessoa com deficiência auditiva tiver dificuldade em entender, ela avisará.

6- Enquanto estiver conversando, mantenha sempre contato visual. Se você desviar o olhar, a pessoa com deficiência auditiva pode achar que a conversa terminou.

7- Nem sempre a pessoa com deficiência auditiva tem uma boa dicção. Se tiver dificuldade para compreender o que ela está dizendo,

não se acanhe em pedir para que repita. Geralmente, as pessoas com deficiência auditiva não se incomodam em repetir para que sejam entendidas. Assim, você estará realmente se comunicando com ela.

8- Se for necessário, comunique-se através de bilhetes. O importante é se comunicar, seja qual for o método.

9- Quando a pessoa com deficiência auditiva estiver acompanhada de um intérprete, dirija-se a ela, não ao seu intérprete, criando empatia para o desenvolvimento do contato.



9. A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL



Segundo o decreto 5.295 de 2004, a deficiência intelectual ou mental, é caracterizada pelo funcionamento intelectual ou cognitivo significativamente inferior à média da população, com manifestação que a caracterizam antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas e de lazer.

Por tratar-se de uma definição que leva em consideração as características sócio-culturais, ela estabelece padrões relativos e, portanto não pode se considerar apenas padrões métricos, como mensuração de QI (coeficiente intelectual), para definir uma pessoa com deficiência intelectual.

Até bem pouco tempo, os termos "débil mental", "incapacitado", "retardado" ou "excepcional" eram denominações que qualificavam as pessoas com deficiência mental. A partir da Declaração de Montreal, emitida na Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, da Organização Pan-americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde, em outubro de 2004, em Montreal - Canadá adotou-se oficialmente a terminologia "pessoas com deficiência intelectual".

A mudança no uso de termos técnicos mais pertinentes à deficiência intelectual não se refere simplesmente a uma questão semântica, mas sim ao desenvolvimento de sua própria concepção e ao cuidado de não

reforçar conceitos carregados por preconceitos e estereótipos.

Também com a evolução do movimento inclusivo no Brasil e no mundo, os conceitos de deficiência intelectual tornaram-se mais apropriados a valorização do ser humano. Assim, atualmente, a nomenclatura mais adequada é deficiência intelectual, sem, contudo, especificar o nível de comprometimento.

É muito comum se estabelecer uma relação equivocada entre deficiência mental e doença mental. É importante que se diferencie a deficiência intelectual das doenças psiquiátricas. A confusão entre um quadro psiquiátrico e deficiência intelectual tem sido um dos principais motivos de perpetuação do preconceito e da segregação.

As pessoas com deficiência intelectual têm ritmos diferentes dos nossos, aprendem, se desenvolvem e se comportam seguindo lógicas diferentes das nossas. É um engano acreditar que todas as pessoas com deficiência intelectual sejam dóceis e submissas ou agressivas e intransigentes. Cada um é um. A deficiência não é determinante dos traços de personalidade da pessoa.

Uma das principais diferenças entre as pessoas com e sem deficiência intelectual é a concepção do que entendemos por senso comum. Por exemplo, ao sermos convidados para participar de uma reunião, nos sentamos normalmente em uma das cadeiras vagas ao redor da mesa, pois, é senso comum que as pessoas participam de uma reunião sentada ao redor de uma mesa, com os demais colegas. Uma pessoa com deficiência intelectual pode não ter esta percepção e permanecer de pé até que alguém a convide a sentar-se. Essa situação pode se repetir outras vezes até que a pessoa compreenda e incorpore esta regra em sua rotina.

As pessoas com deficiência intelectual aprendem, mas em outra velocidade, outro ritmo. Elas sabem que são diferentes e estimam o tratamento respeitoso que considera suas limitações sem subestimá-las.

Aceitar o desafio de interagir com alguém que tenha deficiência intelectual é ganhar a oportunidade de entrar em contato com novas formas de relação, comunicação e cooperação. Não se surpreenda se descobrir que tudo, inclusive as nossas exigências em relação ao mundo, poderiam ser muito mais simples do que imaginamos.

Algumas observações que auxiliam na convivência sem barreiras com as pessoas com deficiência intelectual:

- 1- Procure agir naturalmente para relacionar-se com uma pessoa

com deficiência intelectual, não tenha preocupações com reações inesperadas, pois esse é um mito popular;

2- Trate-a com respeito e de acordo com sua idade, sem infantilizar o tratamento com os adultos.

3- Cumprimente e despeça-se dela normalmente, como faria com qualquer pessoa.

4- Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude-a apenas quando pedir e quando for realmente necessário.

5- Não subestime sua inteligência ou autonomia. As pessoas com deficiência intelectual podem levar mais tempo para aprender, mas podem adquirir também muitas habilidades intelectuais.

6- Não fique checando o tempo todo se a pessoa com deficiência intelectual está dizendo a verdade. Isto causa insegurança e afeta sua auto-estima.

7- Nas situações de convivência, descreva detalhes concretos na conversa, seja objetivo, questione e problematize com simpatia e afetividade para facilitar as suas relações com as outras pessoas e o meio. Pense que todos também aprendemos pela convivência com bons modelos.

8- Liberte-se das "receitas" prontas. Oriente suas ações para caminhos que apontem novas possibilidades.

9- Leve em conta a singularidade, a maneira particular que cada um de nós experimenta, aprende e se relaciona com o mundo.

10-Troque idéias com outros colegas. Se precisar, procure mais informações e novas formas para desenvolver a sua convivência com ela. O importante é que esta relação se estabelece com ética e respeito pela diversidade.



10. MUDE - FAÇA DE OUTRO JEITO

A preocupação com a terminologia e linguagem:

- A terminologia utilizada para se referir a pessoas com deficiência é: "Pessoas com Deficiência" e não "deficientes";
 - A palavra "deficiência" também não deve ser empregada no coletivo. Isso implicaria em se pensar em um grupo de pessoas homogêneo e separado do resto da sociedade. Todos nós somos pessoas; "as pessoas com deficiência" não constituem um grupo à parte. Todos somos diferentes uns dos outros e nem por isso somos categorizados;
 - "Do mesmo modo, procure não utilizar terminologia como "diminuído", "incapacitado", "inválido". Como sinônimos da palavra deficiência.

Considerações sobre formas de linguagem utilizadas em textos, ou nas relações cotidianas, quando abordamos a questão da deficiência:

- A transferência de termos e conhecimentos médicos é indesejável na abordagem da deficiência, e freqüentemente são demasiados generalistas, não contribuindo para a construção de um conceito social inclusivo, pois enfatizam muitas vezes uma condição sob o ponto de vista exclusivamente médico.

Os termos médicos dizem pouco sobre a individualidade das pessoas e tendem a reforçar os estereótipos das pessoas com deficiência como doentes, incapacitadas, e dependentes de cuidados clínicos permanentes;

- Não se referir a uma pessoa nos termos da sua deficiência. Procure não dizer "o paraplético" ou "o epilético". Em vez disso, poderá dizer que a pessoa "X" ou "Y" tem paralisia cerebral ou a pessoa "Z" tem epilepsia. A deficiência não adjetiva o sujeito, ela é uma característica da sua individualidade.
 - Não utilizar a denominação "deficiente mental" que é simultaneamente estigmatizante e imprecisa. Em vez disso, utilize a terminologia "pessoa com deficiência intelectual".
 - Atualmente não se utiliza mais a terminologia "portador de deficiência", pois ela traduz um sentido de "portar algo", não favorecendo o entendimento da deficiência como uma característica intrínseca da pessoa.
 - Evite utilizar o termo "pessoas com necessidades especiais"

ao se referir a pessoas com deficiência, pois se trata de um conceito genérico e impreciso, muitas vezes associado a uma visão minimalista e homogeneizadora da deficiência.

- Não utilize o termo “surdo-mudo” como sinônimo de pessoa com deficiência auditiva. Procure dizer “ele é surdo..., tem deficiência auditiva..., ou não escuta”. É um conceito errôneo inferir que todas as pessoas surdas são mudas.

- Não podemos utilizar expressões que poderão ser interpretadas como discriminatórias quando nos referimos a materiais, equipamentos ou espaços acessíveis. Por exemplo: ao invés de “banheiro para deficientes” procure utilizar “banheiro acessível”.

- Procure não utilizar palavras ou frases que evoquem o sentimento de piedade, caridade, ou transmitam impressão de fragilidade ou dependência pela deficiência: no lugar de “vítima de deficiência..., perda irreversível... ficou aleijado..., ficou inválido..., sofre de..., doente de...”, diga: “pessoa que tem..., pessoa com..., etc.

- Não diga “limitado à cadeira” e não resuma a descrição de alguém à sua dependência a cadeira de rodas. Procure dizer “usuário de cadeira de rodas” ou “pessoa que se desloca em cadeira de rodas”, ou pessoa com deficiência motora. Recorde-se que a cadeira de rodas representa liberdade para o usuário, fazendo parte do indivíduo, e não representando o seu todo.

- Palavras com conotação vexatória como: “paralítico”, “aleijado”, “retardado”, “defeituoso”, “cegueta”, “mudinho” e “atrasadinho” às vezes utilizadas nas situações cotidianas, são passíveis de punição, pois caracterizam preconceito e agressão moral.

Nos contatos sociais estabeleça uma relação, com naturalidade e cortesia, com as pessoas com deficiência:

- Ofereça-se para prestar assistência às pessoas com deficiência, mas, antes de ajudá-las, espere que a sua oferta seja aceita. Por outro lado, não assuma que já sabe qual é a melhor forma de prestar este apoio. É aconselhável ouvir atentamente quaisquer orientações que as pessoas lhe derem.

- Utilize o contato físico com as pessoas com deficiência, como faria com qualquer outra pessoa, de acordo com a situação. Por exemplo, cumprimente-a apertando-lhe a mão ou pondo-lhe o braço sobre os ombros, dependendo da situação e da familiaridade.

- Fale diretamente com a pessoa com deficiência em vez de se dirigir ao(s) seu(s) acompanhantes(s).

- Não faça comentários inapropriados sobre a existência ou a inexistência de deficiências nas pessoas. Algumas pessoas têm deficiências que não são visíveis de pronto, como por exemplo, problemas de visão, disfunções orgânicas, etc. Esse comportamento poderá causar constrangimentos.

- Pedir informação e conselhos às pessoas com deficiência, por ocasião de algum convite, no sentido de garantir a respectiva acessibilidade. Se o acesso e as facilidades logísticas não estiverem assegurados, as pessoas com deficiência podem não comparecer, devido a dificuldades previamente sentidas em situações similares, ou para evitar passar por constrangimentos desnecessários. Essa situação poderia configurar discriminação.

- No caso de uma reunião social ou de trabalho, com convidados que utilizam cadeira de rodas, preveja alternativas para mesas e outros mobiliários com altura adequada para que a pessoa possa apoiar-se, escrever ou participar de uma refeição.

- Se a pessoa comunica-se por Libras contrate um intérprete para facilitar a comunicação com todos. Para pessoas com deficiência visual, preveja material adaptado caso necessário. Informe-se previamente das necessidades de seus convidados para evitar improvisação e constrangimento, não lhe atribuindo a mesma importância dispensada aos outros convidados.

- Certifique-se de que os locais de estacionamento são apropriados para pessoas com deficiência e indique previamente esses locais.

- Verifique qual o banheiro mais apropriado e acessível e informe o pessoal de apoio para que oriente adequadamente as pessoas com deficiência.

Depois de ter lido e se informado de todos os detalhes que facilitarão sua convivência com as pessoas com deficiência, fale com seus amigos e familiares sobre o que aprendeu, e contribua para que o preconceito e a discriminação sejam combatidos com a informação. Transforme-se num agente multiplicador da inclusão social das pessoas com deficiência.

Bom trabalho!





FICHA TÉCNICA

Deficiência e Convivência 2007

Redação:

Danilo Namó Costa

Supervisão Técnica:

Luiza Russo, Rosângela Pezoti

Fotografia:

Arthur Calasans

Arte:

Thiago Brisolla Attini

Dúvidas e Sugestões:

instituto@iparadigma.org.br
www.institutoparadigma.org.br